



Luís Reis
Presidente da Direção

Da defesa e da segurança, da tentação à confusão

A defesa da pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses. Às Forças Armadas (FA), segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu art.º 275º, incumbe a defesa militar da República, compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses, estão ao serviço do povo português, participam em missões humanitárias e de paz e colaboraram em missões de proteção civil.

As FA são compostas por oficiais, sargentos e praças, uns pertencentes ao quadro permanente, outros em regime de contrato e voluntariado. Este conjunto de militares, fazem parte de umas FA regulares, com regras, hierarquias, direitos e deveres definidos, e um determinado enquadramento constitucional.

O eixo fundamental que tem vindo a ser colocado desde há 8 anos a esta parte é a do desenvolvimento do conceito de segurança nacional – o conceito de segurança e defesa. Um conceito estranho entre nós. Um conceito que a CRP não consagra. E não se confundam isto com missões de interesse público, sendo que essas também não podem servir de janela para a introdução de missões de segurança.

Por exemplo é pacífico que a Força Aérea Portuguesa (FAP) possa colaborar no combate a fogos. É pacífico também que o Exército ou os fuzileiros possam vigiar as matas por causa de incêndios.

Mas, por exemplo é lícito que façam controlo de viaturas e dos seus ocupantes?

A razão do prestígio das FA, o de ser o último esteio da nação, para usar uma expressão utilizada por alguns, resulta do facto de a sua missão ser a defesa da independência e soberania contra o inimigo externo e não a de ter o povo português como potencial inimigo.

Esta é linha central que separa as Forças de Segurança (FS) das FA. Às Forças de Segurança segundo a Constituição incumbe-lhe a defesa da legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

Argumentar como alguns argumentam que pode haver portugueses ao serviço de forças terroristas estrangeiras, ou que pode haver um ataque terrorista em território nacional, é um falso argumento. Se há ataque terrorista há o acionamento dos mecanismos legais de exceção que justificam a intervenção das FA. Se há forças terroristas portuguesas ou com portugueses as FS têm os mecanismos próprios que devem acionar, (caso da ETA em Óbidos).

Como tem sido referido em alguns meios, no quadro dessas alterações as FA foram sendo conduzidas para um modelo de deixarem de ser Forças Armadas e passarem a ser Força Armada. Por isso a FAP deixou de apagar fogos e a Marinha tem-lhe sido retiradas competências no meio marítimo.

FA cada vez mais viradas para a presença externa. Ora, tal desiderato choca com os meios de sustentar tal objetivo. E chegámos onde se chegou – agora a FAP é para combater fogos e para isso vai ter de

despender verbas para aquisição de meios para o efeito, os pilotos terão de ter treino que entretanto perderam.

Querem os helicópteros NH90 que custam quase tanto como os submarinos mas não há dinheiro para as promoções. Temos submarinos, mas não temos os Navios de Patrulha Oceânica e não há dinheiro para melhorar as condições profissionais dos militares, para o Fundo de Pensões ou para a Saúde. Querem um Estado-Maior Conjunto (aprovado pelos partidos do arco do poder) que necessita para funcionar de cerca de 600 militares – quase tantos como existem na Base Aérea do Montijo. Coloca-se agora a sua viabilidade porque não há dinheiro para o sustentar e por isso se prepara a sua alteração.

Mas tudo isto sucede porquê? Por incompetência? Por interesses?

Não! Isto acontece porque os sucessivos governos não têm como matriz da sua ação a CRP; porque não têm vontade própria e andam ao sabor daquilo que os organismos internacionais decidem, sem ter presente o país que somos, como aqui chegámos, que possibilidades teremos, quais são realmente os nossos interesses nacionais.

Isto é, em vez de se baterem nos organismos internacionais pelos interesses nacionais, vão aos organismos internacionais para receberem orientações para aplicarem em Portugal. Veja-se o caso da redução de efetivos imposto às FA, pela “troika”, de pelo menos 10% depois de um corte realizado até 30 de setembro de 2011 de 3000 militares em regime de contrato. Situação que em conjunto com outras medidas contribuem para a descaracterização e desarticulação da instituição militar.

Assim aderimos à então CEE que destruiu o nosso aparelho produtivo – pagar para não produzir. Assim entrámos para a Moeda Única em condições de profunda desigualdade cambial com as consequências conhecidas. E assim chegámos onde estamos, aplicando à situação nacional as receitas que já se provaram falírem noutros países – foi a Grécia, é Portugal, agora a Espanha, com a Itália a caminho e outros mais virão.

Poderá alguém estar a pensar: mas que tem isto a ver com o tema deste artigo? Tem tudo a ver. Porque a Defesa Nacional no sentido constitucional é isto tudo – economia, cultura, área social, diplomacia, etc.

É este o sentido amplo que a Constituição possui. Mas é este sentido amplo que o Conceito Estratégico em vigor não possui e que as alterações efetuadas à Lei de Defesa Nacional, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas e do Regulamento de Disciplina Militar e legislação subsequente não respeitaram.

Por isso, quando nos perguntam: mas então que FA para o futuro? Dizemos que queremos umas FA que respeitem os princípios e valores Constitucionais. Umas FA com um conceito estratégico que parta da Constituição como premissa de base para a sua elaboração. Umas FA com os meios de acordo com as necessidades e possibilidades nacionais e não para satisfazer outros interesses.